

Das estratégias às táticas do povo: o futebol e a invenção operária no Brasil da Primeira República

From strategies to tactics of the people: soccer and working-class invention in Brazil during the First Republic

Vanderson Ramos*

Júlia Andrade**

Resumo: O artigo analisa a formação da classe operária brasileira nas primeiras décadas do século XX e a maneira como o futebol se transformou em uma prática cultural capaz de relacionar identidades populares e resistências frente às estratégias de controle das elites e do Estado. A partir das contribuições de E. P. Thompson (1987), Cláudio Batalha (2018), Michel de Certeau (1998) e Marco Guterman (2009), busca-se compreender a classe operária não como uma estática, mas como um fenômeno histórico em constante construção, forjado nas experiências e lutas cotidianas dos trabalhadores. O estudo mostra que, diante da repressão política e da exclusão social, os trabalhadores inventaram espaços alternativos de interação, entre os quais o futebol se destacou como tática de invenção cultural e de afirmação coletiva. Clubes como o Sport Club Corinthians Paulista e o Bangu simbolizam o processo de apropriação popular do esporte, que passou de prática elitista a expressão de pertencimento e identidade das classes operárias. Dessa forma, o futebol revelou-se um elemento importante para compreender as dinâmicas culturais e sociais da Primeira República e a formação da cultura brasileira.

Palavras-chave: Classe operária; Futebol popular; Primeira República; Identidade social; Resistência cultural.

Abstract: This article examines the formation of the Brazilian working class in the early decades of the twentieth century and investigates how football became a cultural practice that connected popular identities and forms of resistance to the control strategies of the elites and the State. Drawing on the contributions of E. P. Thompson (1987), Cláudio Batalha (2018), Michel de Certeau (1998), and Marco Guterman (2009), the study understands the working class not as a fixed category but as a historical phenomenon shaped through the daily experiences and struggles of workers. It argues that, in a context marked by political repression and social exclusion, workers created alternative spaces of sociability in which football emerged as a tactical expression of cultural invention and collective affirmation. Clubs such as Sport Club Corinthians Paulista and Bangu illustrate the popular appropriation of the sport, which shifted from an elite pastime to a symbol of belonging and identity for the working classes. Thus, football is revealed as an essential element for understanding the cultural and social dynamics of the First Brazilian Republic and the development of national culture.

Keywords: Working class; Popular football; First Republic; Social identity; Cultural resistance.

* Graduando em História na Universidade Católica de Petrópolis.

** Graduada em História na Universidade Católica de Petrópolis.

Introdução

No início do século XX, o Brasil passou por profundas transformações sociais e culturais. O avanço da industrialização e da urbanização provocou a formação de uma nova classe de operários, marcada pela diversidade étnica e pela precariedade das condições de vida.

Nesse contexto, a construção de uma identidade coletiva da classe operária brasileira revelou-se um processo lento. A repressão estatal e as tentativas das elites de disciplinarizar o trabalho urbano limitaram as formas de organização política e social dos trabalhadores. Além disso, diante da repressão e da desigualdade, surgiram práticas alternativas de sociabilidade, como as sociedades de auxílio mútuo, os clubes recreativos e o futebol.

Inicialmente restrito às elites, o futebol foi sendo lentamente apropriado pelos setores populares, transformando-se em um espaço de pertencimento e invenção cultural. Clubes como o Sport Club Corinthians Paulista, fundado em 1910, e o Bangu, criado em 1904, simbolizam esse processo de apropriação popular do esporte. O campo de futebol tornou-se um território de resistência e expressão da cultura operária.

Este artigo parte do pressuposto de que o futebol, introduzido como prática elitista, foi reinventado pela classe operária como uma tática cultural, no sentido atribuído por Michel de Certeau (1998), consolidando-se em um espaço de resistência frente às estratégias de controle das elites e do Estado. O problema de pesquisa que orienta este estudo é: de que modo o futebol se transformou em um instrumento de invenção cultural e de afirmação coletiva da classe operária durante a Primeira República (1889–1930)?

O trabalho utiliza as interpretações de E. P. Thompson (1987), sobre a classe como processo histórico; Cláudio Batalha (2018), sobre a formação do operariado brasileiro; Michel de Certeau (1998), sobre as práticas cotidianas de resistência; e Marco Guterman (2009), quanto à popularização do futebol no Brasil. Ao articular essas perspectivas, busca-se entender como o futebol operário se tornou um espaço de invenção social, simbólica e identitária em meio aos contrastes da Primeira República.

Portanto, compreender o papel do futebol no universo operário implica reconhecer que essa prática não apenas refletia a realidade social, mas também contribuía para inventá-la. Os campos improvisados nos bairros periféricos, as ligas amadoras formadas por trabalhadores e a presença crescente de jogadores vindos das camadas populares

mostram um processo de democratização do esporte. Desse modo, o futebol operário revela-se uma lente para analisar as dinâmicas de exclusão e resistência, que marcaram a experiência da classe operária durante a Primeira República.

A formação da classe operária e os desafios da identidade coletiva

A expansão do trabalho industrial, deu origem a um conjunto de trabalhadores heterogêneo, composto por imigrantes de diferentes origens e por brasileiros vindos do campo ou das camadas populares urbanas. Essa diversidade, longe de significar uma identidade comum, mostrou-se um dos principais obstáculos para a construção de uma consciência de classe. Como aponta Cláudio H. M. Batalha:

A formação de classe é, portanto, um processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas de classe tornam-se uma realidade. (Batalha, 2018, p. 117)

A formação da classe operária no Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu em um cenário de transformações econômicas e sociais. Como aponta Thompson:

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matériaprima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (Thompson, 1987, p. 9)

Essa interpretação permite compreender o conceito de classe não como algo estático, mas como uma construção, feita nas experiências concretas e nas lutas cotidianas dos trabalhadores. Dessa forma, é resultado das relações sociais e das formas de consciência que surgem do trabalho e das disputas políticas e culturais.

Portanto, o entendimento da classe operária brasileira deve se relacionar tanto sua dimensão simbólica e política, como processo de construção de consciência e identidade, quanto sua dimensão material, marcada pelas condições de vida e de trabalho. Essa dupla

análise permite entender como a classe se formou, em meio às tensões da Primeira República, entre a exploração e a resistência.

Assim, a constituição de uma identidade operária não foi rápida, mas sim um processo marcado por tensões e por experiências compartilhadas. Além disso, é importante considerar a dimensão de gênero na formação da classe operária. Como destaca Batalha:

No que diz respeito à dimensão masculina da classe operária, de fato na Primeira República prevalecem os homens no trabalho manufatureiro e industrial. Entretanto, a mão de obra feminina foi muito significativa em ramos como o têxtil e o de vestuário, chegando a ser majoritária em alguns lugares. De qualquer modo, o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária — suas organizações. (Batalha, 2018, p.119)

Nota-se um aspecto importante da construção histórica da classe operária brasileira: enquanto os homens se tornaram a face pública mais reconhecida do operariado, as mulheres, apesar de sua grande participação em setores fundamentais da economia, foram marginalizadas das instâncias de representação coletiva. Essa exclusão não significa ausência de protagonismo, mas impediu a participação o que reforçou a masculinização do discurso sindical e político. A análise da presença feminina nas fábricas e oficinas permite compreender como a classe operária foi marcada por desigualdades internas, em que a experiência das mulheres esteve muitas vezes fechada ao espaço da produção imediata, sem igual projeção nas formas de organização social e política.

Outro aspecto é a imigração como aponta Batalha:

Nos países em que a imigração teve um peso fundamental, como no Brasil, entre os fatores que dificultam a organização operária, em primeiro lugar, costumam figurar as divisões étnicas e os conflitos que delas derivam. Além dos problemas que naturalmente decorrem da convivência de grupos étnicos que nem ao menos possuem uma língua comum, há problemas entre os grupos instalados há mais tempo nos centros urbanos brasileiros e os de chegada mais recente. (Batalha, 2018, p. 121)

Sendo assim, é importante para analisar os limites da solidariedade operária na Primeira República. A diversidade de nacionalidades, italianos, espanhóis, portugueses,

alemães e outros grupos, produziu uma fragmentação que dificultou a união de um movimento unificado. A barreira linguística, criou obstáculos à comunicação cotidiana e à organização sindical, criando rivalidades e disputas de legitimidade dentro do próprio universo operário. Além disso, os imigrantes recém-chegados muitas vezes eram vistos com desconfiança pelos trabalhadores já instalados, que os notavam como concorrentes diretos.

Considera-se que essas divisões internas na formação da classe operária não foi um processo linear, mas atravessado por tensões que retardaram a construção de uma identidade coletiva. Entretanto, essas tensões foram superadas pela classe operária ainda que parcialmente. As sociedades de auxílio mútuo, bastante comuns no período, representavam espaços de solidariedade, funcionando como redes de proteção diante da ausência de políticas sociais do Estado. Além disso, os clubes recreativos, festas populares e associações culturais criaram laços comunitários que ajudaram a quebrar barreiras linguísticas e rivalidades internas.

Como destaca Batalha (2018): “os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício”. Nota-se que a construção da identidade operária esteve também relacionada ao grau de qualificação profissional, o que reforça as desigualdades internas entre diferentes setores da classe. Enquanto os trabalhadores qualificados possuíam maior capacidade de articulação sindical e acesso a recursos, os não qualificados, imigrantes recentes e mulheres, enfrentavam maiores dificuldades para se inserir nas instâncias de representação coletiva.

No entanto, a organização operária não se limitou à sociabilidade cotidiana, mas também se estruturou em torno de correntes ideológicas que disputavam a direção do movimento. Como aponta Batalha:

O que levou o anarquismo a suplantear o socialismo na preferência de muitos militantes operários deve-se menos às características do tipo de trabalhador que militava nesse movimento e muito mais às condições políticas do Brasil da Primeira República. Pois é difícil supor que um socialismo em grande parte voltado para a mudança através do processo eleitoral, que distingue o socialismo da Segunda Internacional, pudesse florescer em um quadro político em que o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores fosse tão limitado quanto o caso brasileiro. (Batalha, 2018, p.127)

Essa interpretação ajuda a entender por que o anarquismo, com sua ação direta, nas greves e nos boicotes, encontrou maior repercussão entre os trabalhadores brasileiros do que o socialismo de inspiração europeia. Em um período marcado pela exclusão da maioria da população, pelas fraudes eleitorais e pela repressão às organizações sindicais, a proposta anarquista se apresentava como a alternativa de luta e resistência.

O fortalecimento do anarquismo e de suas práticas de ação direta, intensificou o olhar das elites e do Estado sobre a classe operária, resultando em medidas de vigilância e repressão.

Além dessas tensões, é importante considerar que a própria conformação do espaço urbano contribuía para moldar as possibilidades de ação política da classe operária. A expansão das fábricas para regiões periféricas, a concentração dos trabalhadores em habitações precárias e a ausência de políticas públicas de urbanização facilitaram a vigilância e o controle social exercidos pelas elites e pelo Estado. A cidade tornou-se, assim, um território de disputas, no qual se articulavam práticas de repressão, disciplinarização do trabalho e tentativas de regulação da vida cotidiana. Nesse contexto, compreender a experiência operária implica analisar não apenas as relações produtivas, mas também as formas como os trabalhadores reinventavam seus espaços de sociabilidade, encontrando brechas para construir solidariedades, identidades e práticas de resistência no interior de um ambiente urbano profundamente desigual.

É nesse cenário que se inserem as estratégias das classes dominantes para controlar e limitar a organização dos trabalhadores, tema que será aprofundado no tópico a seguir.

Estratégias das elites na Primeira República

A urbanização brasileira do início do século XX foi marcada por um projeto de modernização que ultrapassava as mudanças das cidades. Tratava-se também de uma tentativa de disciplinarização social, em que as elites e o Estado buscaram impor normas de comportamento, regular o tempo do trabalho e organizar o espaço urbano de acordo com seus interesses. O corpo operário foi alvo de práticas de vigilância e controle, direcionadas tanto à produtividade nas fábricas quanto à momentos de descanso. O tempo, antes marcado por ritmos comunitários e festas populares, passou a ser regulado pela lógica industrial. O espaço urbano foi reorganizado para restringir usos considerados

“desordeiros”, limitando a presença popular nas ruas e reforçando a separação entre áreas de lazer e de trabalho.

Essas condições de trabalho eram acompanhadas por um reordenamento do espaço urbano, que segundo Michel de Certeau:

A divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e ‘incluir’ na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço. Seria legítimo definir o poder do saber por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas ‘estratégias’ um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. [...] Noutras palavras, um poder é a preliminar deste saber, e não apenas o seu efeito ou seu atributo. Permite e comanda as suas características. Eles se produz ai (Certeau, 1998, 99-100)

Essa interpretação mostra como as elites da Primeira República, ao estabelecerem estratégias de vigilância e controle, também produziam saberes que legitimavam sua dominação. O disciplinamento dos espaços urbanos e das práticas sociais não era apenas um reflexo do poder, mas parte dele. A reorganização da cidade, o controle do tempo de trabalho revela como o poder buscava se afirmar pela produção de um espaço legível e controlável, no qual a classe operária era observada.

Dessa forma, é possível interpretar tais ações como estratégias, no sentido atribuído por Michel de Certeau. Segundo o autor:

Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (Certeau, 1998, p. 46)

Portanto, as elites e o Estado, enquanto sujeitos de poder e com a capacidade de organizar o espaço urbano como “seu próprio”, desenvolveram estratégias que buscavam estabelecer formas de controle sobre a classe operária e suas práticas cotidianas. Um dos aspectos mais evidentes dessas estratégias foi o uso recorrente da repressão contra manifestações e organizações operárias. Como destaca Batalha:

Outro aspecto a ser levado em conta era a maneira como as classes dominantes e os governantes brasileiros estavam acostumados a lidar com as classes subalternas: a repressão. Prisões arbitrárias, fechamento de associações, deportação dos estrangeiros, desterro para a Amazônia dos nacionais — ainda que a verificação da nacionalidade exata dos atingidos por esses dois tipos de medidas fosse falha — são parte do arsenal de medidas repressivas tomadas pelos poderes constituídos contra o movimento operário. (Batalha, 2018, p.143)

A repressão, nesse período, deve ser entendida como parte de uma política que buscava diminuir qualquer possibilidade de organização autônoma da classe operária. O medo de greves, de mobilizações coletivas e da circulação de ideias socialistas e anarquistas levou o Estado a investir em mecanismos de controle, que faziam desde perseguição individual até o desmonte de associações inteiras. Essa prática de controle, ao mesmo tempo em que produzia um ambiente de intimidação, revelava também a incapacidade das elites de lidar de forma harmoniosa com os conflitos sociais. O operário era visto não como sujeito de direitos, mas como ameaça à ordem.

No entanto, a tentativa de enquadramento social não se consolidou de maneira absoluta. Ainda que houvesse expectativa inicial de que o regime republicano representasse uma abertura para novas conquistas sociais, rapidamente essa esperança se transformou em frustração. Como observa Batalha (2018): “A expectativa positiva com o novo regime foi seguida de uma igualmente grande desilusão, na medida em que este se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária.”

Esse contexto de repressão e de desilusão com o Estado moderno acabou alimentando não apenas o distanciamento da classe operária em relação às promessas das elites, mas também a criação de espaços próprios de sociabilidade e resistência. Nesse período, surgiram formas associativas diversas, como sociedades de auxílio mútuo, clubes recreativos e até agremiações esportivas, que ajudaram a consolidar laços comunitários e reforçar um sentimento de pertencimento coletivo.

É nesse período de repressão e busca por novos espaços de expressão coletiva que o futebol começa a ganhar relativa relevância. Mais do que um simples esporte, ele se tornou um campo de disputas simbólicas, capaz de articular identidades populares e de servir como terreno de resistência frente às estratégias de controle impostas pelas elites. Esse será o foco do próximo tópico.

Além dessas tensões e dos limites impostos pela repressão estatal, as classes trabalhadoras buscaram maneiras próprias para construir uma relação de solidariedade e

formas de coesão coletiva. Como destaca Batalha o associativismo foi uma das principais respostas à exclusão social e política da Primeira República:

A resposta encontrada pelas classes trabalhadoras durante a Primeira República a um sistema que levava a sua exclusão social e política está em parte no mundo associativo criado. O associativismo nesse período das classes trabalhadoras em geral, e da classe operária em particular, se expressa através de uma rede extremamente diversificada de associações. Sociedades recreativas, carnavalescas, dançantes, esportivas conviviam lado a lado com sociedades mutualistas, culturais e educativas e, também, com sociedades profissionais, classistas e políticas. Em que media todas e qualquer sociedade composta por trabalhadores, independentemente de seus objetivos, expressa identidade de classe ainda é objeto de controvérsia. (Batalha, 2018, p. 137)

Assim, o associativo demonstra que a classe operária produziu espaços próprios de sociabilidade, nem sempre diretamente políticos, mas importantes para a construção de identidades coletivas. É nesse período que práticas de lazer, como o futebol, ganharam força e passaram a se constituir como formas de invenção e resistência cotidiana.

O futebol como tática na classe operária

No começo do século XX o Brasil não vai apenas ser marcado pela formação de uma classe operária heterogênea e nem pela repressão do Estado. Nesse contexto, práticas culturais e de lazer vão ganhar uma importância, entorno de um espaço de construção da identidade e da convivência coletiva. Entre elas, o futebol vai ser importante, inserido ao Brasil no final do século XIX, o esporte em que ultrapassou os limites das elites que o inseriram e passando a ser apropriado pelas camadas populares. Como aponta Guterman:

No Rio, a capoeira, tornada definitivamente marginal depois dos conflitos com a Revolta da Vacina (1904), deu lugar ao futebol entre os pobres, ainda que seus times tivessem de jogar na Liga Suburbana de Futebol, criada em 1907, e não liga oficial da sociedade, cujo estatuto vetava atletas amadores ‘de cor’. Em São Paulo, os times de operários se agruparam primeiramente na Várzea do Carmo, que havia sido o mesmo berço do futebol da elite. (Guterman, 2009 p. 39)

Assim, mais do que uma atividade recreativa, o futebol transformou-se em um espaço de sociabilidade em que favorecia a interação entre diferentes grupos sociais e

possibilitava novas formas de expressão coletiva. Para os trabalhadores, que enfrentavam jornadas cansativas e repressões à sua organização sindical, o campo de futebol representava tanto um espaço de lazer quanto um terreno simbólico de resistência frente às estratégias de controle colocadas pelas elites.

É nesse ponto que a interpretação de Michel de Certeau ajuda a compreender o papel do futebol entre os operários. Segundo o autor:

Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. [...] O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. [...] Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. (Certeau, 1994, p. 46-47)

Utilizando-se do conceito de Certeau, pode-se dizer que o futebol, entre os trabalhadores, assumiu um caráter tático: era uma prática que não tinha um lugar próprio, mas que se construía no tempo, aproveitando as brechas deixadas pelas estratégias de exclusão das elites. Se, por um lado, a Liga oficial buscava manter o futebol como espaço restrito e elitizado, por outro, os operários criavam seus próprios times e campos improvisados, transformando o jogo em um território de resistência simbólica e de produção de identidades coletivas.

Um exemplo dessa apropriação popular foi a fundação do Sport Club Corinthians Paulista, em 1910. O clube surgiu no interior dos bairros operários de São Paulo e se consolidou como símbolo da cultura popular no futebol. Como destaca Guterman:

O Corinthians seria um time do operários, afinal, e portanto o dinheiro era o que menos importava, pelo menos no começo. Seus estatutos previam que o clube seria um local aberto a todos, ‘não se observando nacionalidade, religião ou política’, o que era um enorme avanço na época. Esse empenho de mostrar abertura irrestrita traduz um momento em que os operários começavam a ter poder de organização em São Paulo. (Guterman, 2009, p. 55)

O Corinthians mostra como o futebol operário se configurou como um espaço inclusivo, no qual a diversidade social e cultural era valorizada. Com a proposta de ser um clube aberto a todos, os trabalhadores paulistas utilizaram o futebol como tática de

afirmação coletiva, rompendo barreiras de exclusão impostas pela elites e criando novas formas de sociabilidade urbana.

Além disso, a fundação do Corinthians demonstrou um novo processo de popularização do futebol brasileiro. O clube não só representava a identidade dos operários paulistas, mas também a busca do reconhecimento social de uma sociedade marcada pelas exclusões de classe e o Guterman aponta:

A fase de transição do futebol coincidiu com a da própria sociedade do Brasil. A primeira década do século XX terminaria ainda dividida entre o amadorismo e o profissionalismo, entre o caráter elitista e popular do futebol e entre a alvura dos seus jogadores e a introdução do elemento negro, que mudaria drasticamente o cenário do esporte no Brasil.(Guterman, 2009, p.55)

Desse modo, a trajetória inicial do Corinthians mostra como o futebol foi um espaço privilegiado de resistência cultural e invenção de novas formas de pertencimento coletivo.

Nos anos 1910, o futebol se tornou cada vez mais popular no Brasil, e o bairro do Bom Retiro destacou-se como um espaço fundamental nesse processo. Foi ali que surgiu o Sport Club Corinthians Paulista, em meio a uma população formada por operários e imigrantes.

Guterman aponta que:

O Bom Retiro, de novo, aparecia como protagonista de um marco do futebol. No caso do Corinthians, por causa do perfil dos moradores do bairro: imigrantes de várias partes da Europa – italianos, espanhóis, portugueses, alemães e poloneses – que não tinham intenção de trabalhar nas lavouras do interior paulista. Eles preferiram ficar no Bom Retiro por ser um bairro próximo das áreas valorizadas da cidade, como Campos Elíseos e Vila Buarque, oferecendo boas oportunidades de negócios. Então, esses imigrantes, geralmente trabalhadores das ferrovias inglesas ou pequenos artesãos, instalaram-se na região. O trabalho manual e o ímpeto empresarial, desprezados pelos brancos brasileiros desde a época da colônia, tornam-se traços da vida dos imigrantes europeus de baixa extração em São Paulo. (Guterman, 2009, p. 42)

O autor mostra que o bairro funcionou como um espaço de integração entre os operários, destacando ainda que seus fundadores também faziam parte da classe operária, como observa:

Os fundadores do Corinthians eram egressos desse universo. Um deles era Antonio Pereira, pintor de paredes que trabalhava para o engenheiro Ramos de Azevedo e que acabou se tornando um pequeno empreiteiro. Os outros quatro eram Joaquim Ambrósio, Carlos da Silva, Rafael Perrone e Anselmo Correia, que trabalhavam nas oficinas da São Paulo Railway. Foi justamente no meio dos ferroviários e outros operários que esses rapazes procuraram arregimentar sócios em sua empreitada. (Guterman, 2009, p. 53)

Nota-se que o clube tem a fundação ligada à classe operária. O Corinthians surgiu como uma expressão das aspirações sociais e culturais dos operários paulistanos, simbolizando a apropriação popular do futebol e a busca por reconhecimento em uma sociedade marcada por hierarquias de classe.

Dessa forma, é importante notar que outros clubes também tenham sido fundados em ambientes operários, o Corinthians destacou-se por sua capacidade de transformar essa origem em identidade. Com o passar dos anos, consolidou-se como um símbolo da cultura popular urbana do futebol no Brasil, nesse período, representando o orgulho e a resistência das classes operárias frente às estruturas de exclusão social. Como destaca Guterman:

O Corinthians seria um time de operários, afinal, e portanto o dinheiro era o que menos importava, pelo menos no começo. Seus estatutos previam que o clube seria um local aberto a todos, ‘não se observando nacionalidade, religião ou política’, o que era um enorme avanço na época. Esse empenho de mostrar abertura irrestrita traduz um momento em que os operários começavam a ter poder de organização em São Paulo. (Guterman, 2009, p. 54)

Portanto, o autor mostra que, desde a sua fundação, o clube apresentava um caráter popular, o que o levou a ser reconhecido como o “clube do povo”. Esse cenário foi importante porque coincidiu com o início da organização do movimento operário em São Paulo, quando os trabalhadores começaram a reivindicar melhores condições de trabalho e maior participação social.

Até então, a classe operária era vista pela elite como um grupo desorganizado e fora da política. Guterman (2009, p. 55) observa que “quando Rui Barbosa começou a ver o movimento dos trabalhadores das fábricas como força a ser considerada”, era notável que o operariado passava a ocupar um novo espaço na sociedade.

Nesse período, o Corinthians vai surgir não apenas como um clube de futebol, mas como uma expressão simbólica da elevação e da afirmação cultural dos trabalhadores paulistanos. A sua trajetória inicial mostra a relação entre esporte, identidade de classe e

transformação social, elementos que marcaram o desenvolvimento do futebol brasileiro nos anos seguintes.

Considera-se que o futebol praticado nas várzeas e nos bairros operários pode ser compreendido, segundo Michel de Certeau, como uma tática. Os trabalhadores, impedidos de ocupar os espaços formais de lazer, apropriaram-se dos terrenos baldios e margens urbanas para inventar os seus próprios espaços de sociabilidade. Ao transformar o jogo em um momento de expressão coletiva, eles driblavam, mesmo que de forma simbólica, as estratégias das elites.

Essa prática cotidiana conferiu ao futebol um cunho de resistência cultural e de invenção social, permitindo que o povo produzisse sentido e pertencimento a partir de um espaço que não lhes pertencia.

Entretanto, como observa Guterman, esse processo ainda estava em construção:

A ruptura do futebol, de esporte de elite para esporte de massa, de esporte amador para esporte profissional, se daria mais concretamente na década seguinte, nos anos 1920, quando a Primeira República já dava sinais de desgaste em razão de seu desprezo atávico por tudo o que cheirasse a povo. (Guterman, 2009, p. 56)

Considera-se que o surgimento do Corinthians foi simbolizado pela entrada do povo no cenário futebolístico, a ruptura definitiva com as elites só se consolidou na década de 1920, acompanhando as mudanças sociais e políticas que marcaram o fim da Primeira República.

Antes da fundação do Corinthians, outro exemplo de associação entre futebol e o meio operário foi o The Bangu Athletic Club, fundado em 1904, no Rio de Janeiro, pelos trabalhadores da fábrica de tecidos Companhia Progresso Industrial. Entretanto, o clube possuía uma característica própria: apesar de reunir operários, contou desde o início com o apoio dos próprios proprietários da empresa, de origem inglesa, e tinha como base inicial os trabalhadores ingleses da fábrica. Quando havia falta de jogadores, o clube recorria a atletas brasileiros, o que acabou facilitando a integração de diferentes grupos sociais no futebol. Guterman observa que:

Casos como o do Bangu, no entanto, rapidamente foram se transformando em regra. O futebol brasileiro entrou nos anos 1920 sob crescente pressão para se profissionalizar, e a defesa do amadorismo para manter intacta a elite do esporte, impedindo que trabalhadores entrassem nos times que disputavam campeonatos oficiais, foi tomando

ares de passado. O Bangu, assim como o Corinthians, representou o início da abertura democrática do futebol para a massa, a meio caminho de transformar-se em ganha-pão. (Guterman, 2009, p. 58)

Nesse sentido, o processo descrito por Guterman simboliza uma transformação mais profunda, que não se limitava ao campo esportivo, mas refletia as tensões sociais e raciais de um Brasil em mudança. Essa transformação é captada por Mário Filho ao destacar que:

Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante, o branco, tinha de competir, em igualdade de condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto para ver quem jogava melhor. Era uma verdadeira revolução que se operava no futebol brasileiro. (Mário Filho, 2003, p. 126)

Desse modo, o autor mostra que o futebol tornava-se um espaço de mobilidade, no qual o talento começava a se sobrepôr à origem social e racial. Esse período marcou o início da formação de um futebol popular e nacional.

O processo de popularização do futebol nas primeiras décadas do século XX revela como o esporte ultrapassou o simples papel de lazer e tornou-se um espaço de construção de identidades e resistências. Clubes como o Corinthians e o Bangu simbolizam a apropriação do futebol pelos trabalhadores, que transformaram uma prática inicialmente elitista em um terreno de convivência e reconhecimento social. Nesse contexto, o futebol também assumiu um caráter de tática popular, conforme aponta Michel de Certeau, na medida em que as classes subalternas encontraram no jogo uma forma de inventar e se afirmar dentro dos limites impostos pelas estratégias das elites.

Assim, como a classe se forma nas experiências e nas lutas cotidianas, o futebol operário também se constitui na prática e na invenção coletiva. Nos campos de várzea, nas ligas independentes e nas torcidas, os trabalhadores criaram laços de pertencimento e produziram sentidos de identidade que escapavam ao controle do poder das elites.

Dessa forma, o futebol consolidou-se como um exemplo das contradições sociais da Primeira República, mas também como uma expressão de autonomia cultural. Ele uniu diferentes grupos, ultrapassou divisões étnicas e revelou a capacidade do povo de transformar o cotidiano em espaço de resistência. Essa dimensão simbólica do futebol popular nos permite compreender como o esporte contribuiu para o fortalecimento da identidade operária e para a formação de uma cultura nacional em transformação.

Essas análises permitem, retomar o objetivo central deste estudo: compreender como o futebol, inserido nas condições históricas e sociais da Primeira República, tornou-se um instrumento de invenção cultural e de afirmação coletiva.

Considerações finais:

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo mostram que a formação da classe operária brasileira foi um processo histórico marcado por tensões e resistências. Como apresentado por E. P. Thompson (1987), compreende-se que a classe operária não surge como estrutura fixa, mas como um fenômeno social em constante construção, forjado nas experiências e lutas cotidianas.

A partir das interpretações de Cláudio Batalha (2018), observou-se que essa formação foi heterogênea, atravessada por fatores de gênero, origem étnica e condição profissional, o que limitou a construção imediata de uma identidade unificada. Dessa forma, as estratégias das elites e do Estado, descritas por Michel de Certeau (1998), buscaram controlar o espaço urbano, disciplinar o tempo de trabalho e restringir a coesão popular.

Entretanto, nesse contexto de repressão, os trabalhadores desenvolveram táticas cotidianas de invenção e resistência, e o futebol foi uma das mais expressivas. Clubes como o Corinthians e o Bangu simbolizaram essa apropriação popular, onde o esporte deixou de ser um privilégio da elite para se tornar um campo de afirmação social e identitária das classe operária.

Conclui-se na leitura de Marco Guterman (2009) e Mário Filho (2003), que o futebol representou uma forma de mobilidade simbólica e cultural, onde o talento e a coletividade começaram a desafiar as hierarquias de classe. Ao transformar um jogo elitista em prática popular, a classe operária reinventou o espaço do lazer como território de resistência.

Portanto, o futebol não apenas reproduziu as contradições sociais da Primeira República, mas também se tornou um instrumento de invenção cultural, expressão da criatividade e da autonomia das classes trabalhadoras. A partir das táticas cotidianas, os operários transformaram o campo de jogo em um lugar simbólico de pertencimento e

construção de identidade, uma invenção operária dentro da história social e cultural do Brasil.

Referências:

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FILHO, Mário. O negro no futebol brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GUTERMAN, Marco. O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.